

## **QUEM FALA NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA? um estudo das fontes jornalísticas na mídia hegemônica no Maranhão**

WHO SPEAKS ON BLACK CONSCIOUSNESS DAY? a study of journalistic sources in the hegemonic media in Maranhão

QUIÉN HABLA EN DÍA DE LA CONSCIENCIA NEGRA? un estudio de las fuentes periodísticas en los medios hegemónicos de Maranhão

### **Ariel Santos Rocha**

Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFMA.  
[arielrocha058@gmail.com](mailto:arielrocha058@gmail.com)

 0000-0003-2269-3031

### **Thaís Bueno**

Doutora em Comunicação Social pelo PPGCOM/PUCRS.  
Professora Adjunta do curso de Jornalismo da UFMA.  
[thaisabu@gmail.com](mailto:thaisabu@gmail.com)

 0000-0002-7048-3920

### **Leila Lima de Sousa**

Doutora em Ciências da Comunicação pelo PPGCC/Unisinos. Professora Adjunta do curso de Jornalismo da UFMA. [sousa.leila@ufma.br](mailto:sousa.leila@ufma.br)

 0000-0003-2335-0858

Recebido em: 01/04/2024  
Aceito em: 01/09/2024  
Publicado em: 30/11/2024

### **RESUMO:**

A pesquisa aqui proposta faz uma análise das fontes açãoadas em matérias que pautam o Dia da Consciência Negra, questões raciais publicadas no dia 20 de novembro ou que pautem a data mesmo em outros dias durante os anos do recorte, com a celebração como gancho. A pesquisa foi feita em dois veículos tradicionais maranhenses: o site de notícias *Imirante.com* e o antigo jornal impresso *O Estado do Maranhão*, ambos do Grupo Mirante. Para tanto, o artigo realizou um levantamento das matérias jornalísticas, compondo um universo de quase duas décadas de recorte temporal, que vai de 2002 a 2021. Ao todo são 49 matérias de autoria própria dos veículos que compõem o *corpus* de aprofundamento da pesquisa, de onde foram coletadas 69 fontes utilizadas nas produções. Entre os resultados encontrados, ressaltamos de antemão a baixa cobertura que comtemple uma produção própria dos jornais, expressada no pequeno volume de matérias autorais encontradas em 19 anos de levantamento. Também constatamos que não são contempladas a diversidade de fontes e a variedade de enfoques. Também se percebe a falta de aprofundamento nas matérias que pautam a celebração. Poucas vezes as fontes foram utilizadas para fins de enriquecer a produção de forma mais firme e o cidadão comum quase não tem espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fonte jornalísticas; Dia da Consciência Negra; Maranhão.

## **Introdução**

Apesar de ser celebrado oficialmente desde 2003 no país, o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) como marco comemorativo só foi instituído, formalmente, no Brasil, com a Lei Federal N° 12.519, em 2011. A data representa um dia para enfatizar a valorização da comunidade negra e uma importante ferramenta no enfrentamento da discriminação racial.

Assim, sabendo do importante papel dos meios de comunicação na tentativa de construir representações positivas acerca do tema e da celebração da cultura afro-brasileira, este artigo buscou entender como a data integra a cobertura midiática no Maranhão, estado brasileiro localizado no Nordeste e com cerca de 82,5% de sua população autodeclarada como negra - preta ou parda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019). Inclusive, o Maranhão é, na atualidade, o 5º estado com o maior quantitativo de pessoas autodeclaradas da cor preta, de acordo a 2ª edição do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado em novembro de 2022 pelo IBGE.

Para isso, com o propósito de identificar quem fala e que tipo de espaço é destinado na cobertura relacionada ao Dia da Consciência Negra, o artigo busca verificar quais são as fontes jornalísticas acionadas nas matérias sobre a celebração. O recorte é formado pelo portal de notícias *Imirante.com* e o antigo jornal impresso *O Estado do Maranhão*<sup>1</sup>, ambos pertencentes ao Grupo Mirante de Comunicação, com sede na capital São Luís. Os dois veículos representam uma voz hegemônica na mídia regional, sendo os meios tradicionais mais importantes da imprensa maranhense. O levantamento é constituído de um *corpus* que abrange 19 anos de produção, que vai de 2002 a 2021.

A questão central é entender e mapear os tipos de fontes citadas em quase duas décadas, para conferir o direito à fala e analisar as construções feitas temporalmente sobre o assunto por meio das matérias. Além de contribuir para entender como o tema é tratado pelo veículo, o estudo se propõe a cooperar com investigações sobre fontes jornalísticas a partir de uma perspectiva regional. No campo da Comunicação, os estudos da temática estão focados, geralmente, em veículos de abrangência nacional e concentrados no eixo Sul-Sudeste (Autora, 2022). Além de oferecer um diagnóstico das fontes em quase 20 anos, um estudo longitudinal permite observar possíveis mudanças nas seleções e espaço dado às fontes utilizadas, bem como a construção de representações.

## O dia 20 de novembro

O Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) foi instaurado como contraponto ao dia 13 de maio de 1888, data em que foi assinada a Lei Áurea, documento que declarava por vias legais a extinção da escravização no Brasil. Além

<sup>1</sup> Durante a realização dessa pesquisa, o impresso *O Estado do Maranhão* deixou de circular. Sua última edição impressa circulou nos dias 23 e 24 de outubro de 2021, com a posterior migração de todo o seu conteúdo para o portal *Imirante.com*.

de ser o aniversário da morte do grande líder da resistência escrava, Zumbi dos Palmares, a escolha foi baseada na busca pelo fortalecimento de representações que colocassem o povo negro como centro do processo. Como pontua Silva (2014), o dia 13 de maio não significa uma representação focada na figura dos escravizados.

Apesar de existir oficialmente desde 2003, com a Lei Federal 10.639 que incluiu no calendário escolar o dia e definiu as diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira, a celebração do Dia da Consciência Negra era idealizado desde a década de 70 do século passado pelo Movimento Negro no Brasil. Mas a data não é feriado nacional. Em São Luís, capital do Maranhão, o dia passou a ser feriado com a Lei Municipal N° 309, do dia 12 de junho de 2013. Mas, em 2014, a lei foi considerada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Só 2017, com a Lei Estadual N° 10.747, de 12 de dezembro, criada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador Flávio Dino, 20 de novembro passou a ser feriado em todo o estado. Em 2019, após uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA), Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e Associação Comercial do Maranhão (ACM), o TJ-MA suspendeu o feriado estadual. Atualmente, no Maranhão, apenas o município de Pedreiras, há 281 quilômetros da capital São Luís, tem o dia como feriado<sup>2</sup>.

## **As fontes no jornalismo e o direito à fala**

Para além do espaço de credibilidade que as fontes jornalísticas outorgaram ao jornalismo, o espaço dado ao sujeito social lhe confere validação. Dessa maneira, a partir da escolha feita pelo profissional jornalista, surgem as implicações de que a seleção das fontes pode gerar mais ou menos diversidade, pontos de vistas complexos ou simplórios e transparecer as linhas editoriais da empresa. Há também a constatação de que não existe um acesso igualitário das fontes à mídia (Sousa, 2005).

O autor, define uma série de classificações para as fontes a partir do lugar que elas se originam e o *status* que ocupam (**Internas, Externas, Mistas, Oficiais Estatais, Oficiais Não-Estatais e Oficiosas**). Mais do que colocar uma

---

<sup>2</sup> Feriado é estabelecido pela Lei Municipal N° 1.254 do dia 28 de novembro de 2008. Como justificativa, o Executivo Municipal de Pedreiras coloca a cidade ter como padroeiro um santo negro, o São Benedito.

etiqueta em cada tipo de sujeito que tem espaço no veículo, essa identificação das fontes mostra a sua representatividade e credibilidade.

Pinto (2000) e Chaparro (2009) constroem classificações semelhantes a respeito da tipificação de fontes. O primeiro autor relaciona o tipo de fonte de acordo com a **natureza** (pessoal ou documental); **origem** (pública ou privada); **duração da relação** (eventual ou permanente); **lugar** (local, nacional ou internacional); **nível de envolvimento no acontecimento** (primária ou secundária); **atitude** (ativa ou passiva), **identificação** (explicitada ou confidencial) e **estratégia de atuação** (proativa ou reativa). Já Chaparro (2009) classifica as categorias em **organizadas** (instâncias que produzem conteúdo informativo relevante), **informais** (falam por si), **aliadas** (aqueelas que possuem uma boa relação de proximidade com os jornalistas), **especialistas** (falam sobre certos temas), de **referência** (têm conhecimentos em determinado campo), **documentais** (documentos de credibilidade) e **bibliográficas** (livros, revistas, artigos etc.).

Tendo em vista os níveis das fontes disponíveis, podemos reforçar, de acordo com as definições das categorias postas anteriormente, a complexidade e profundidade concedidas a cada tipo de fonte. De fato, a variedade delas pode garantir a diversidade das informações, assim como a pluralidade no relato jornalístico. Mas, Chagas e Kischinhevsky (2017, p. 19) reforçam que a necessidade de pluralidade e diversidade no jornalismo não são feitas somente com o fato de ação entrevistados diferentes, pois a “construção da notícia demanda a escuta de fontes que possam opinar em diferentes vias e assim fornecer informações que agreguem os diversos interesses particulares para a busca do interesse público”. Ou seja, não é apenas estar na cobertura, mas de que modo ocupa esse espaço.

E apesar da variedade de fontes ser, potencialmente, um avanço no mundo digital, uma vez que permite serem acessados sujeitos de qualquer lugar geográfico, autores mostram que ainda hoje há uma predominância das fontes ditas oficiais e próximas (Barone Junior, 2016). Para além da credibilidade que construíram, certas fontes estão mais dispostas a serem ouvidas (Neves & Passos, 2018, p. 02) e ou são mais facilmente adequadas à rotina produtiva das empresas (Costa Júnior, 2017). Ou seja, se há uma organização social mais sedimentada, com empresas, assessorias e estratégias de relacionamento com a imprensa, essas fontes acabam ganhando mais espaço e angariando visibilidade.

Destaca-se ainda que as fontes que desfrutam de uma posição social privilegiada, dispõem dessa certa legitimidade incrustada nos discursos que proferem. Tal fato é posto a partir do que se chama de Teoria dos Definidores Primários (Hall, 1993), nas quais fontes privilegiadas possuem influência na construção das notícias, e, conseguem, por meio do poder que possuem, contribuir para possíveis distorções realizadas através de suas opiniões (Pena, 2006). Essas fontes institucionalizadas, com suas primeiras interpretações sobre os fatos, definem o direcionamento das notícias. Segundo a lógica de Hall (1993), essas fontes apresentam pontos de vistas e compreensões tão poderosas acerca dos acontecimentos, que na maioria das situações, ao serem os primeiros contatados, definem os significados atribuídos a esses acontecimentos.

Podemos afirmar, portanto, que o jornalismo, enquanto uma prática social, que é realizada em condições de produção específicas, capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e dando nome para situações e sentimentos do presente, a partir, boa parte das vezes, da perspectiva das fontes acionadas ou que acionam o veículo. Essa mediação entre os atores sociais e as práticas de comunicação do cotidiano coloca o jornalismo como o campo da construção da realidade social (Gadini, 2007). Sendo assim, Pereira Junior (2008, p. 32) propõe a reflexão de que “na prática diária os jornalistas constroem representações da economia, da política e da cultura, que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade”.

Azevedo (2006, p. 98) lembra que a mídia tem um papel estratégico na visibilidade de questões públicas. O que vai definir que atores, temas e demandas aparecerão, vai depender do “grau de pluralidade externa existente no sistema de mídia ou da pluralidade interna praticada em cada jornal, revista ou emissora de TV e rádio”. Gomes (2018, p. 339) retifica a discussão ao exemplificar que a comunicação tem poder em conceder visibilidade, produzir sentidos, assim como expandi-los para os outros e validá-los perante os indivíduos.

Em relação à população negra brasileira, a televisão, segundo o que propõe Adilson Moreira (2019), construiu historicamente legitimações que colocam a raça branca como um ideal de superioridade, naturalizando esse grupo racial como espelho social e modelo de civilização. Como escreveu, a mídia, neste sentido ocupa “[...] um lugar de legitimação de vários outros aspectos responsáveis pela reprodução da hegemonia social de pessoas brancas. Um sistema de opressão como o racismo não opera isoladamente” (Moreira, 2019, p. 100). Embora o estudo de Moreira tenha como foco a televisão, as reflexões levantadas pelo autor também podem ser identificadas

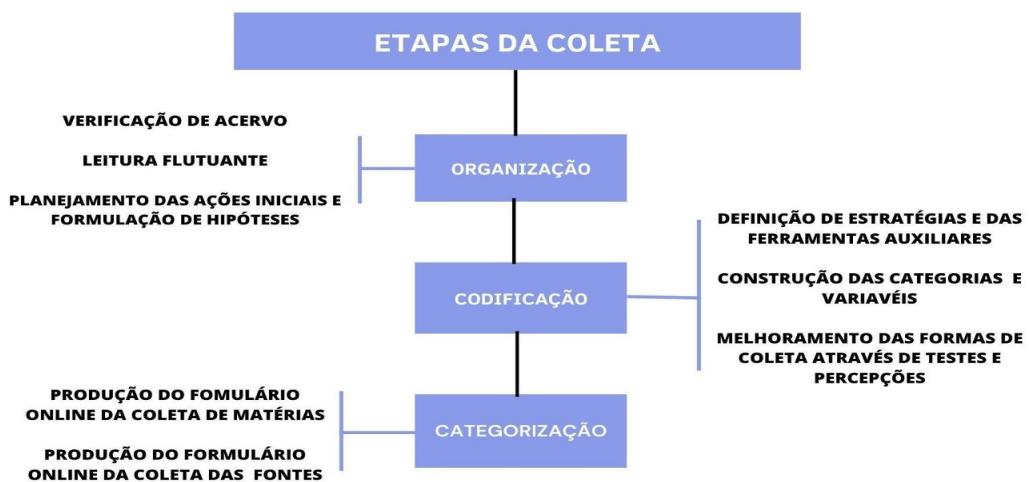
nas práticas cotidianas da mídia tradicional em outros veículos, responsáveis por construir significantes para que a branquitude pudesse ser construída no imaginário social como um padrão ideal de raça, estética e moral, e a negritude como seu antônimo. Boa parte dessa estratégia, representada pelo espaço dado a quem fala e a quem é permitido falar, está arraigado no texto jornalístico.

## **Percorso metodológico**

Esta pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo (AC) (Bardin, 2011) como método. Deste modo, para a execução, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória (pré-análise) através da busca preliminar no site do portal *Imirante.com*, a partir de uma procura das matérias sobre ou relacionadas ao Dia da Consciência Negra (2002–2021). Para entender o percurso da coleta de dados, o primeiro passo foi a pesquisa exploratória do material com os seguintes termos: 1) **Dia da Consciência Negra**, 2) **Consciência Negra**, 3) **Racismo**, 4) **Negros** e 5) **Negras**. Tais termos foram estabelecidos conforme a percepção daquilo que estaria mais próximo para se ter uma elucidação das perguntas estabelecidas no objetivo da pesquisa. Por conta do recorte focado no Dia da Consciência Negra, os dois primeiros termos — **Dia da Consciência Negra** e **Consciência Negra** — configuraram-se como basilares na captação das matérias. **Racismo, negros** e **negras** funcionaram como buscas complementares, nas quais foram captadas as matérias que relacionavam as questões com a data, portanto, as que foram postadas especialmente no dia 20 de novembro.

O livro de códigos foi construído manualmente por meio de formulário do Google. O formulário da coleta leva apenas em consideração as matérias informativas, com a distinção entre o que pertence ao portal e o impresso.

**Figura 1** - Mapa descritivo das fases da coleta de dados



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Bardin (2011).

Na categoria dos tipos de fontes, foram formuladas categorizações, de acordo com as conceituações das classificações das propostas de Lage (2000), Bacin (2006), Schmitz (2011), Kovach e Rosenstiel (2011) e Gehrke (2018).

**Quadro 1** - Explicação das categoriais variáveis para tratamento das fontes

FORMULÁRIO DE FONTES	
CATEGORIAS	EXPLICAÇÃO E CRITÉRIOS
<b>Data</b>	Dia, mês e ano de publicação da matéria captada
<b>Espécie</b>	Se é do tipo pessoa ou não pessoa - leva-se em consideração a abrangência da natureza das fontes, que podem ser seres humanos ou instituições, relatórios, documentos etc.
<b>Créditos</b>	Se é identificada ou sigilosa
<b>Nome</b>	Captação dos nomes das pessoas quando identificadas. Essa categoria permite conferir de forma sistematizada repetições ao longo do tempo.
IDENTIDADE DE GÊNERO	
<b>Mulher</b>	Quando a fonte for referenciada no gênero feminino, com pronomes femininos
<b>Homem</b>	Quando a fonte for referenciada no gênero masculino, com pronomes masculinos

<b>Outros</b>	Quando não for possível identificar o gênero da fonte ou pertencer a um gênero diferente dos gêneros padrões normativos ou quando for um documento ou instituição, que compõem as fontes não pessoas;
<b>TIPOS DE FONTES</b>	
<b>Oficiais</b>	Ocupantes de função ou cargo público que representa órgãos mantidos pelo Estado, de autarquias, fundações e empresas públicas, em níveis federal, estadual e municipal, políticos
<b>Empresarial</b>	Corporação ou associação, no geral são fontes que representam os setores e possuem interesse comercial e financeiro
<b>Populares/ testemunhas</b>	Pessoas comuns, vítimas de determinada situação – crime, injustiça, política pública ineficiente ou utilizam o espaço dado para conseguir visibilidade e reivindicar melhorias. Pessoas que presenciaram determinado fato relevante e relatam essa situação como uma testemunha
<b>Especialistas</b>	Detentoras de conhecimento de alguma área específica; acionadas para explicar ou interpretar um evento a ser relatado ou contextualizado
<b>Institucional</b>	Representa organização sem fins lucrativos, partidos políticos, projetos sociais, movimentos políticos ou movimentos sociais, organizações religiosas
<b>Notável</b>	Artista, esportista, pessoas que desempenham ou desempenharam atividades de grande reconhecimento social
<b>De uso documental</b>	Notas, relatórios, decretos, memorandos, rankings, estudos, resoluções, leis e informações gerais sobre programas, projetos e iniciativas.
<b>Jornalista como fonte</b>	Quando o jornalista é acionado como fonte na construção da matéria
<b>Oficiosa</b>	São ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas a falar em nome dela ou dele
<b>TIPO DE FALA</b>	
<b>Citação</b>	Declaração na íntegra, com aspas
<b>Paráfrase</b>	Explicação da fala, uma interpretação ou comentário a respeito do que foi dito
<b>RELAÇÃO DA FONTE COM A INFORMAÇÃO</b>	
<b>Ratifica</b>	Confirma a informação, embasa, valida
<b>Ilustra</b>	Serve como exemplo, demonstra, exemplifica

<b>Agrega</b>	Acrescenta mais informações
<b>Refuta</b>	Afirmar o contrário, desmente, nega
<b>Opina</b>	A fala da fonte fornece opinião sobre o ocorrido, “eu acho, eu acredito”.

Fonte: Autoria própria, 2023.

Ao perceber de forma mais detalhada as categorias que envolvem as matérias e fontes, foi possível desenvolver, a partir das categorias, alguns pontos para melhor compreensão do percurso metodológico do trabalho. Com a identificação da data e produção autoral da publicação, os textos foram sistematizados. Quando identificamos o tipo de fonte, assinalando se são pessoas ou não-pessoas, poderemos conferir se o *Imirante* e *O Estado* dão espaço às instituições, órgãos e as fontes de base documental. No que se refere aos créditos e ao nome, para saber se a fonte está identificada ou na condição sigilosa, poderemos conferir a questão das fontes anônimas e as repetições ao longo dos anos. Na identificação de gênero, quando assinalada, podemos conferir o espaço dado a certas representações de gênero, se há mais homens que mulheres falando nas páginas do portal e do impresso e se, também, o jornal dá espaço a outras representações de gênero.

Já os aspectos relacionados ao tipo de fala proporcionam conferir características vinculadas ao jornalismo declaratório, considerado por Rubim e Colling (2006) como uma grande problemática na imprensa contemporânea. De acordo com os autores, é o tipo de jornalismo feito a partir das declarações que os profissionais coletam das fontes, sem precauções a respeito da veracidade dos fatos. Garcia (2003), no Manual do jornal *O Globo*, orienta que apesar da fonte considerar de fundamental importância tudo aquilo que ela repassa a um repórter, o jornalista tem o dever de não se impressionar e deve se questionar sobre aquilo que lhe foi repassado. O jornalista precisa “se perguntar: quem falou tem autoridade para tanto (é reconhecido como especialista no assunto, parte legítima no debate, testemunha confiável no acontecido)?” (Garcia, 2003, p. 39).

Com base nisso, vamos conferir a relação da fonte com a informação: se ela confirma a informação dada na matéria, se fornece um exemplo do ocorrido, com os detalhes de quem testemunha ou vivencia uma situação, assim como se acrescenta mais informações àquilo que foi postulado pelo jornalista, se é uma fonte de oposição ou opina com sua declaração.

Com esses elementos norteadores, ao olhar para o Dia da Consciência Negra, colocamos também em evidência que ao entender as fontes dessa data celebrativa, entende-se também o que a sociedade supostamente valoriza, o que a mídia privilegia e como esses elementos representam a sociedade de alguma forma.

## **Apresentação dos achados e a análise dos dados**

No total, foram captadas 49 matérias de autoria própria<sup>3</sup> dos dois veículos, consideradas para a coleta de fontes analisadas nesse trabalho. Os textos dividem-se em 41 publicados no *Imirante* e oito no *O Estado*. Desses publicações, 69 fontes compõe o *corpus* das matérias, onde 14 fontes foram identificadas no *O Estado do Maranhão* e as outras 55 fontes são do *Imirante*. Ao olharmos somente para aquilo que os jornais produziram, eles pautam o Dia da Consciência Negra e assuntos relacionados às questões raciais publicadas no dia 20 de novembro, em apenas 16 anos entre 2002 e 2021. Para fins de organizar o período do universo de maneira crescente dentro de quase duas décadas, com apenas a descrição das matérias de autoria própria, o ano de 2002 inicia com uma matéria. Esse número se repeete e oscila entre uma ou duas até 2012. Mas uma mudança significativa ocorreu em 2013, com nove matérias produzidas. Esse ano em questão foi o ano que a data passou a ser feriado no Maranhão, ou seja, ratifica a importância das políticas públicas para movimentar e garantir visibilidade e discussão sobre o tema a partir da mídia. Depois, com revogação do feriado, há novamente uma diminuição de publicações que oscilam entre três e quatro. No gráfico 1 podemos observar a linha de publicações durante esses 16 anos de matérias autorais, entre 2002 e 2021.

**Figura 2** - Gráfico com a distribuição de matérias autorais dos jornais durante os anos

<sup>3</sup> Durante a coleta das matérias que compõem o universo da pesquisa, foi identificado que os dois veículos reproduzem matérias na íntegra de outros veículos. Tais matérias foram descartadas, já que não configuram em um acionamento de fontes por parte do site e do impresso.



Fonte: Autoria própria, 2023.

As agendas dos movimentos sociais e a mobilização feita por grupos minoritários possuem uma necessidade de serem pautados pela mídia, com um enfoque que garanta a visibilidade de suas atividades e, assim, fornecerem uma possibilidade de maior destaque sobre suas ações dentro da sociedade. É a partir dessas ações de visibilidade, em partes feitas através dos meios de comunicação, que colocam em discussão os mais diversos assuntos que englobam aquilo que precisa ser dialogado com os atores sociais sobre suas reivindicações. Pinto *et al.* (2015, p. 04) entendem essa visibilidade como uma forma dos movimentos sociais terem a legitimidade institucional que procuram. Para os autores, além de mobilizar e colocar em evidência seus atos, justificam suas ações e aportam a atuação que realizam. Tendo isso em vista, nota-se que aqui, em sua maioria, não aprofundam as questões que envolvem as reivindicações do Movimento Negro e todo o teor de luta social atrelado à data.

Há uma predominância de matérias que focam em noticiar eventos, com ocorrências que abordam a programação, celebração, exposição, atividade, homenagem e afins. É uma média de 40 textos publicados que dão conta desse aspecto de relatar o início, decorrer ou encerramento de eventos, com o simples objetivo protocolar de marcar a data. Existe um padrão na forma que o assunto aparece, como: “Consciência Negra é tema de palestra virtual amanhã” (*Imirante*, 19/11/2007); “Semana da Consciência Negra de Imperatriz será aberta hoje à noite” (*Imirante*, 16/11/2010); “Dia da Consciência Negra será marcado por vasta programação” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015).

Das matérias que trazem problematizações durante os 16 anos, há somente uma ocorrência de protesto, que foi uma manifestação realizada no dia 20 de

novembro de 2021, contra o presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e contra o racismo na capital São Luís, ainda assim, uma matéria factual. Nessa publicação, não há nenhuma ocorrência de fontes jornalísticas acionadas, o jornalista apenas descreve o ato. Em contrapartida, textos mais aprofundados e problematizando a questão aparecem em baixa incidência. Também para ilustrar, conferem-se os seguintes exemplos: “Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme” (*Imirante*, 14/11/2014), com os relatos da representante maior do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCN-NC). A entrevistada relata sobre as ações do órgão no combate ao racismo e que a atitude tem surtido efeito na população de Imperatriz. O texto elenca alguns dados relacionados à atividade do Centro em relação ao Dia da Consciência Negra, com a explanação do movimento de valorização da cultura e dos elementos que englobam a data. O único texto realmente com gancho principal em explicar a data é o “Consciência negra: entenda o significado desta data” (*Imirante*, 20/11/2017), que traz a origem da celebração e o objetivo dela, além de listar os estados brasileiros que possuem o dia como feriado.

De forma geral, foram 69 fontes contabilizadas no total de matérias da produção autoral. Tais acionamentos dividem-se em 27 ocorrência de pessoas (39,13%), categoria composta por sujeitos humanos; e 42 fontes de não-pessoas (60,86%), composta por instituições, órgãos e coletivos, fontes de uso documental e as empresariais. Podemos observar o fato de os veículos trazerem um número superior de não-pessoas como fontes, realidade que podemos elencar com a predominância de matéria que noticiam eventos ou produções colocadas superficialmente, assim como podemos relacionar a uma falta de humanização do conteúdo a partir do relato de fontes personagens, como será possível checar mais adiante, ou seja, o negro é sempre mencionado a partir de instituições, em terceira pessoa.

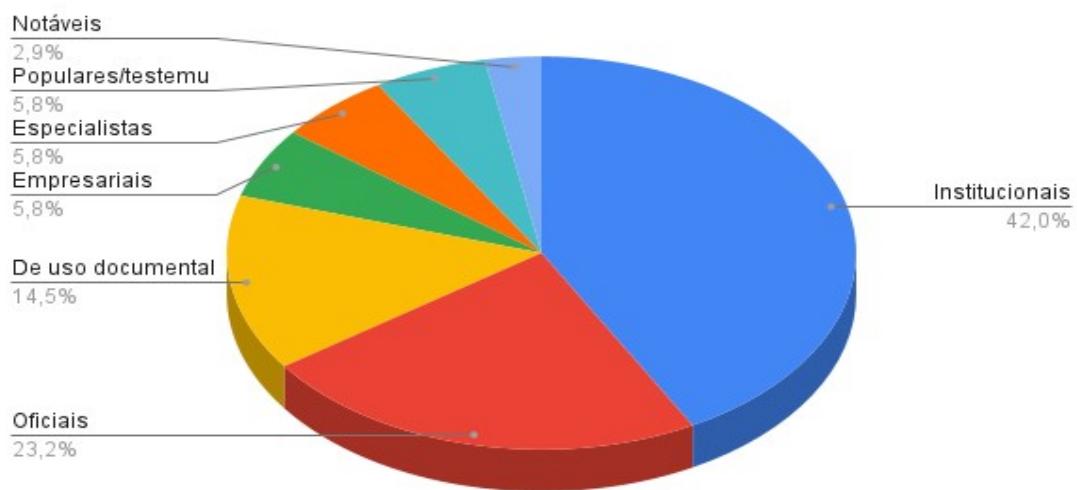
Confere-se sobre a identidade dessas fontes recorridas, se são identificadas ou sigilosas. Todas as fontes contabilizadas nessa categorização de dados foram devidamente identificadas, sejam as pessoas ou não-pessoas. Podemos interligar essa questão com o fato de não termos uma incidência significativa de matérias que realizem uma problematização ou aprofundamento. Nesse caso, as fontes que se manteriam anônimas poderiam surgir em contrapontos e até mesmo em denúncias.

Na categoria relacionada ao sexo ou identidade de gênero das fontes, entre todas aquelas consideradas pessoas, há a ocorrência de 17 vezes em que mulheres (24,63%) foram fontes, em contrapartida, contabilizou-se dez vezes em que homens foram fontes (14,49%). Como há um quantitativo considerável de fontes não-pessoas, são 59,42% que não puderam ser enquadradas. Vale destacar que preferivelmente

utiliza-se o termo “ocorrência” para a presença ou quantidade relacionadas as categorias e incidências entre as fontes, pois as fontes, independentemente da espécie delas, se repetem ao longo desses anos. A soberania de fontes mulheres açãoadas chama atenção quando se leva em conta o contexto da desigualdade de gênero e a pouca representatividade em algumas esferas. Mesmo em veículos segmentados, confirma-se um protagonismo dos homens e uma invisibilidade das mulheres como fontes, é o que conclui a pesquisa de Rocha e Woitowicz (2013), que fazem um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. As mulheres que aparecem como fontes estão em sua maioria nos cargos de chefia nas instituições ou setores em órgãos oficiais. Para entender melhor o local das fontes mulheres, abordaremos mais adiante o cruzamento entre sexo ou identidade de gênero com o tipo de fonte.

Dentre o que foi estipulado na classificação da categoria do tipo, são 29 institucionais (42,02%); 16 oficiais (23,18%); dez de uso documental (14,49%); quatro empresariais (5,79%); quatro especialistas (5,79%); quatro populares/testemunhas (5,79%). Por último, há duas fontes notáveis, representando apenas 2,89% de fontes no material. Nota-se uma predominância das fontes institucionais, que representam organizações sem fins lucrativos, como é caso dos Centros de Cultura Negra, projetos sociais, iniciativas culturais, etc., assim como também das oficiais, ligadas ao governo, como coordenações, departamentos e entre outros cargos na governança.

**Figura 3** - Gráfico que demonstra o quantitativo a classificação das fontes jornalísticas



Fonte: Autoria própria, 2023.

Segundo Barone Junior (2016), a partir de reflexões de Signal (1973) as fontes ocupam três tipos de canais informativos: os de rotina, com acontecimentos oficiais ou *releases*; os informativos, provenientes de associações da sociedade civil, e os de iniciativa própria do jornalista. Isso mostra também o quanto um tema merece empenho (dedicação, tempo, dinheiro) de um veículo e destaca a importância ou não de um tema.

Desmembrando o que compete aos elementos dentro de cada tipo de fonte, nas institucionais, a quantidade de fontes pessoas e não-pessoas possuem apenas uma diferença ínfima, com 14 e 15 respectivamente em seus quantitativos. Mas, ao olharmos para o sexo ou identidade de gênero ao destrinchar sobre elas na espécie pessoa, confere-se que as mulheres se sobrepõem, pois elas são 12 e os homens são apenas duas ocorrências. Quando lembramos do cenário do protagonismo masculino, como reforçado anteriormente de acordo com Rocha e Woitowicz (2013), o quantitativo superior de mulheres acionadas é surpreendente, porém, relaciona-se também ao fato das fontes se repetirem ao longo dos anos, o que atribui um maior aparecimento de mulheres em cargos de coordenação ou chefia nas fontes institucionais acionadas.

Nas oficiais, elencamos três fontes pessoas, com dois homens e uma mulher, e a incidência de 13 fontes não-pessoas. Interessante levantar que as pessoas que representam os órgãos e estão à frente das autarquias não são acionadas diretamente para servirem como fontes em questões que poderiam envolver o Estado e o

desenvolvimento de pautas mais elaboradas sobre questões raciais. Confere-se ainda o predomínio das não-pessoas nas tidas como oficiais, com baixa referência nessa categoria de indivíduos representantes dos órgãos e entidades ligadas ao governo. Já as quatro fontes especialistas se dividem em dois homens e duas mulheres, assim como as quatro populares/testemunhas são três homens e uma mulher. Nisso, podemos conferir haver uma baixa existência da voz popular nessa questão envolta do Dia da Consciência Negra. Por último, são as duas notáveis, que são todas pessoas, com um homem e uma mulher.

Coletar o nome e a profissão/função/ocupação dessas fontes auxiliou a registrar quando houve repetições nas utilizadas para abordar o Dia da Consciência Negra. Tendo em vista tais categorias, há de se levar em consideração alguns dos achados obtidos. A fonte mais recorrida nesses 16 anos é a Doralice Mota, que aparece oito vezes, todas na condição de presidente do Centro de Cultura Negra Negro Cosme (CCN-NC), em Imperatriz (MA). O próprio CCN-NC, como órgão e fonte não-pessoa, que é uma instituição que luta pelos direitos da população negra e tem aspecto militante, aparece elencado como fonte cinco vezes. Importante lembrar que cada ocorrência se configura em uma matéria, então, no caso da presidente foram oito matérias e na do Centro são cinco matérias. A repetição das mesmas fontes institucionais nas matérias durante quase uma década de levantamento de dados, nos permite dialogar com o que Corrêa e Bernardes (2019, p. 236) apontam como “fenômeno do negro único” – parece que os jornalistas sustentam suas narrativas em um único negro que é colocado nas matérias como se fosse representante e respondesse por toda uma raça. Deixando, assim, de abrir espaços para outras abordagens, iniciativas e para a polifonia de vozes.

Já o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), que é de abrangência estadual, aparece como fonte uma vez, mas duas pessoas relacionadas ao órgão também foram acionadas em ocasiões distintas, que são a Lígia Santos, em *status* de coordenadora-geral do CCN, e a apenas assinalada como integrante Ana Amélia Bandeira, para falar das questões raciais no Maranhão. Quando se olha para esse detalhamento, há uma preferência para se recorrer às pessoas ligadas às instituições e essas instituições de maneira geral. Ambos os órgãos concedem algum tipo de ligação entre eles, um tem atuação municipal e outro ao nível estadual. É possível afirmar que certo tipo de predominância decorre de alguns fatores relacionais: por conta da predominância de matérias que noticiam eventos relacionados à data, pois as duas instituições são organizadores de boa parte desses eventos, principalmente em Imperatriz, assim como também o grau de credibilidade atribuído.

Tal espaço ratifica o perfil das matérias publicadas: em sua maioria factuais, pontualmente noticiando eventos relacionados à celebração e com pouca profundidade atribuída. Apenas para demarcar que o jornal tinha ciência da data. A pequena quantidade de fontes populares/testemunhas em meio a incidência maior das fontes institucionais e oficiais passa a compreensão da falta de busca por uma identificação com o público que consome o conteúdo informativo dos jornais. Trazer as vivências de maneira mais completa, com mais frequência, centralizando a população negra a partir das fontes comuns inseridas na sociedade, possibilita a tal proximidade com o público que os teóricos afirmam sobre a função da utilização das fontes pelos jornalistas. Onde está a voz do cidadão? Fica reservado à essas vozes da população surgirem em casos excepcionais.

No que se refere as fontes da categoria populares/testemunhas, há uma situação de um estudante que fala da sua participação em um evento comemorativo no Dia da Consciência Negra. Já as outras fontes são acionadas para comentar sobre suas vivências pessoais no contexto racial em que vivem, sendo uma das fontes uma vítima do crime de racismo. Sobre o estudante, na matéria “Dia da Consciência Negra é comemorado em Imperatriz” (*Imirante*, 20/11/2013), em sua declaração, ele traz brevemente um contraponto sobre o estereótipo disseminado a respeito do continente africano e ressalta a importância de se conhecer um pouco mais sobre a história do local e do povo. E, de fato, é o que o próprio evento tem como proposta, a questão da valorização de toda a cultura e elementos por trás da celebração do dia.

A vivência do estudante diz respeito a essa situação do seu contato com a comemoração que coloca seu acionamento como um pequeno ponto de vista de alguém que esteve no local e comenta sobre sua experiência. Contudo, esse tipo de ocorrência é excepcional. Posteriormente, quando observamos as três fontes a comentar sobre suas vivências no contexto racial, presenciamos a questão de uma certa raridade do cenário. Para compreender melhor, basta analisar que as três fontes restantes, responsáveis por esse relato comum, o dito popular, são acionadas em circunstâncias de um enfrentamento do racismo, mas pouquíssimas vezes, como o quantitativo mostra, essas situações são exploradas para denúncias e alertas. Se no primeiro caso, na matéria “Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015), a fonte popular é um declarante que foi vítima de um crime, sendo uma pessoa negra, e ressalta a necessidade do enfrentamento, do posicionamento contrário e, principalmente, do ato da queixa policial:

[...] Não podemos nos deixar intimidar. quantos casos acontecem por aí? mas as pessoas têm medo de denunciar. isso é um absurdo, em um país tão misturado (ASPAS DE ELISVALDO VIANA GOMES, RACISMO É MUITO PRATICADO, MAS POUCO PUNIDO NO MARANHÃO, *O ESTADO DO MARANHÃO*, 20/11/2015).

Contudo, apesar do texto alertar para tal cenário, inclusive se utilizando de fontes jornalísticas que atentam para a questão do racismo e toda a problemática no Maranhão, com dados e informações, comentando uma parte jurídica, o texto não se aprofunda em um direcionamento direto àqueles que são vítimas de tal prática criminosa. De fato, oferece uma elucidação sobre o crime e o receio na realização de denúncias, mas não funciona como uma orientação mais específica. A narrativa parece se centrar apenas na abordagem da violência, o que pode ajudar a naturalizar a construção desse lugar para a população negra. Dessa maneira, marca que o racismo é crime e que isso ocorre de maneira recorrente no estado, inclusive com uma vítima declarante, mas não possui um teor que exprima orientações do que se faz, por conta disso, talvez nem mesmo consiga aliviar o receio existente.

Já nos relatos complementares de um confrontamento, onde dois personagens apresentam suas vivências e experimentações sendo pessoas negras na sociedade, em “Consciência Negra: arquiteta e empreendedora de São Luís relatam conquistas e como enfrentam o racismo” (*Imirante*, 20/11/2021) temos a configuração de um exemplo que pode criar uma identificação maior com o leitor. Mas, importante observar que apesar de atribuir no foco do texto sobre um confronto e um posicionamento perante ao racismo, nas declarações das personagens tal conduta não é explicitada em nenhum momento de maneira direta e substancial:

Quando trabalhava um uma empresa, a minha avaliação por parte da minha gestora direta era sempre negativa, apesar de ter meu trabalho bem avaliado por todas as outras equipes e outros gestores. Ela sempre buscava me diminuir e implicava com cada atividade desenvolvida. Após ser constrangida na frente de todos na empresa, entendi que era inviável continuar e ia pedir minha demissão, quando soube que ela iria ser transferida para outro Estado. Permaneci na empresa, tive um outro gestor onde o reconhecimento e tratamento foram totalmente diferentes [sic] (ASPAS DE LETÍCIE DE JESUS AYRES SANTOS, CONSCIÊNCIA NEGRA: ARQUITETA E EMPREENDEDOR DE SÃO LUÍS RELATAM CONQUISTAS E COMO ENFRENTAM O RACISMO, *IMIRANTE*, 20/11/2021).

A gente como ser humano e como negro enfrenta isso de forma velada todos os dias. Pra mim a diferença é como eu me posiciono diante dessas situações ou diante dessas pessoas que falta um pouco mais de conhecimento ou de entendimento. Todo racista tem uma dificuldade de entendimento. E eu como ser humano, como administrador, como coach, por entender de comportamento humano,

eu sei as dificuldades que o outro tem como ser humano, as dificuldades de aceitação até do próximo, isso é muito comum [sic] (ASPAS DE GUILHERME JÚNIOR, CONSCIÊNCIA NEGRA: ARQUITETA E EMPREENDEDOR DE SÃO LUÍS RELATAM CONQUISTAS E COMO ENFRENTAM O RACISMO, *IMIRANTE*, 20/11/2021).

O primeiro relato, por mais que tente conceder uma sugestão de confronto, quando paramos para refletir sobre ele, expõe que aquela pessoa que esteve nessa situação de opressão por conta de sua cor no ambiente de trabalho, não teve nenhuma alternativa a não ser aguardar pela mudança no quadro de chefia. Tal constatação não diminui em nenhum nível a importância e essencialidade que o relato tem dentro da produção em questão, pois, tal situação de opressão e abuso é vivenciada por milhões de outros indivíduos não apenas no Maranhão, mas em todo o Brasil. Porém, é necessário que se ressalte a necessidade de um aprofundamento maior, que poderia ter sido conferido com o acionamento de fontes especialistas sobre o assunto, em frente aos movimentos negros e entre outras entidades jurídicas que auxiliassem, complementando assim o depoimento. No segundo relato, conferimos o mesmo aspecto que apenas menciona, sem um aprofundamento de fato naquilo que a fonte traz. Importante conferir que toda a matéria é feita nesse movimento de declarações, sem que o veículo, por meio do texto, aplicasse uma criticidade maior. As duas exposições de vivências, por exemplo, colocam em destaque o que Gomes (2017) comprehende como “corpo regulado”, a forma como os corpos negros são constantemente regulados, vigiados e situados como fora do lugar. No caso dos depoimentos, o mercado de trabalho se colocava como um ambiente de intenso controle, dominação e subjugação das capacidades profissionais por conta da raça.

Agora nos debruçamos sobre os elementos que competem o aparecimento das fontes **institucionais** e **oficiais**, com um destaque para a superioridade da presença das fontes femininas. Principalmente evidenciando sobre as aspas que foram coletadas, em reflexo do direcionamento das pautas onde ambas as categorias são frequentes. Por conta da expressividade das matérias que pautam eventos no Dia da Consciência Negra, seja antes, durante ou depois dos seus ocorridos, esses tipos de fontes são acionadas no pretexto de reverberarem o fato, principalmente com as fontes **institucionais**. Duas declarações ilustram esse teor, a primeira é “Neste dia 18 estaremos com uma programação especial que vai contar com a participação do músico e compositor Zé Vicente, além de outras programações” (ASPAS DE ERÔ CUNHA - COORDENADORA DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: CANTOR ZÉ VICENTE ENCERRA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM ITZ, *IMIRANTE*,

17/11/2016). A segunda é “Fazemos uma avaliação totalmente positiva com a participação das escolas. Só na praça tivemos estudantes de mais de vinte escolas” (ASPAS DE GISEUDA COSTA - COORDENADORA DO CENTRO DE CULTURA NEGRO COSME (CCN-NC): ENTIDADE COMEMORA SUCESSO DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, IMIRANTE, 23/11/2015).

Há também ocorrências que trazem criticidade ao contexto do enfrentamento ao crime de racismo no Maranhão, que denotam uma problematização que a própria fonte põe com a apresentação de sua declaração a respeito. No texto “Cultura negra está mais valorizada, diz líder do CCNC Negro Cosme” (*Imirante*, 14/11/2014), é apresentando um cenário de mudança, no qual as ações de conscientização realizadas pelas entidades possuem efeito na valorização da cultura negra e destaca a atuação educativa realizada no dia 20 de novembro. Em contrapartida, o texto já citado anteriormente, “Racismo é muito praticado, mas pouco punido no Maranhão” (*O Estado do Maranhão*, 20/11/2015) indica que o racismo faz parte da realidade de boa parte da população negra no estado e que a punição para quem comete tal infração ainda é baixa.

Do Censo de 2000 para o Censo de 2010, tivemos um crescimento de 87% das pessoas que se assumem como negro. Isso é bom, é resultado do trabalho no campo educativo, onde estão pais, alunos e toda a comunidade e a questão do setor empresarial já querer combater essa discriminação (ASPAS DE DORALICE MOTA - PRESIDENTA DO CENTRO DE CULTURA NEGRO COSME: CULTURA NEGRA ESTÁ MAIS VALORIZADA, DIZ LÍDER DO CCNC NEGRO COSME, *IMIRANTE*, 14/11/2014).

Por causa da questão do *bullying*, muitas pessoas preferem qualificar vários casos como injúria racial e não racismo. Infelizmente, ainda não vimos uma pessoa ser realmente punida por racismo no Maranhão (ASPAS DE ANA AMÉLIA BANDEIRA - INTEGRANTE DO CENTRO DE CULTURA NEGRA: RACISMO É MUITO PRATICADO, MAS POUCO PUNIDO NO MARANHÃO, *O ESTADO DO MARANHÃO*, 20/11/2015).

Com ambos os relatos postos são apresentadas duas ideias. A primeira de que a questão do racismo tem sido enfrentada, que as entidades possuem relação direta com essa mudança de pensamento e, que com isso, destaca-se um aumento considerável no número de pessoas que se reconhecem como negras. Reforça-se o combate à discriminação e a maior identificação que a conscientização consegue promover, resultando na valorização da cultura negra. Já o segundo relato feito, complementa a denúncia para a falta de punições a uma prática ainda muito comum, mesmo se tratando de um estado onde mais da metade da população é composta por

pretos e pardos. Porém, por mais que traga uma vítima de racismo como fonte e aciona uma representante de uma entidade do movimento negro, falta profundidade no sentido de direcionamento, como já citado anteriormente.

Complementar a isso, os indivíduos acionados como fontes **oficiais** não aparecem no sentido de oferecer uma discussão a partir do ponto de vista governamental. São acionadas para fins de reafirmarem as celebrações do Dia da Consciência Negra. Essa análise e discussão mais aprofundada, questionada no decorrer da apresentação dos dados sobre o contexto em que as fontes aparecem na investigação aqui proposta, fica por conta das fontes **especialistas**. Elas são acionadas em quatro matérias distintas, todas pautando eventos realizados e servem nesses casos como exemplos de ocorrências que auxiliam diretamente a aprofundar na temática que envolve tais eventos, o que vai de encontro à função que esse tipo de fonte deve exercer ao ser utilizada.

Dessa maneira, reafirmados que foi possível conferir que o espaço destinado ao Dia da Consciência Negra nos jornais *Imirante* e *O Estado do Maranhão* serve mais como uma forma de demarcar a existência da data, sobretudo com a superioridade nas matérias que pautam eventos e agendas factuais.

## **Apontamentos finais**

O Dia da Consciência Negra ocupa, no total, um espaço que recebe pouca atenção ao longo de quase duas décadas. Quando consideramos que quase metade do material que envolve a data é uma reprodução total de outros locais, podemos reafirmar que os veículos não possuem uma preocupação editorial voltado para o tema. O acionamento das fontes, apesar de conceder um espaço considerável para as entidades, são pouco exploradas no sentido de oferecer mais criticidade e enfrentamento ao racismo. Fica reservado, quase que em sua totalidade, para esses indivíduos e instituições, o espaço para repercutir eventos e ações.

Parece não haver, por parte dos veículos analisados, a preocupação em ampliar e conferir polifonia de vozes à população negra – principalmente pela oportunidade de pautar o Dia da Consciência Negra pela possibilidade de ressignificar narrativas sobre os negros no Maranhão, destacando suas potencialidades, experiências e vivências e a forma como desestabilizam as opressões dos marcadores sociais no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional.

Quando não focadas apenas nos eventos em alusão ao Dia da Consciência Negra, as matérias relatam casos de racismo, mas não parecem mobilizar reflexões e

questionamentos maiores sobre a organização histórica da sociedade brasileira que se beneficia diretamente da exclusão e da segregação dos negros. Nesse sentido, nos questionamos até que ponto os veículos de comunicação hegemônicos não estariam contribuindo para a perpetuação do silenciamento e da marginalização da fala e das vozes de pessoas negras. Grada Kilomba (2010; 2019) quando discute sobre os instrumentos de controle colonial para exercer vigilância e autoridade sobre os corpos negros, estabelece uma reflexão sobre a “máscara” (Kilomba, 2010; 2019). Dispositivo do poder colonial na imposição do silêncio e na determinação de quem poderia ou não falar. Falar e ser ouvido significa pertencer; do contrário, quem não fala e não é ouvido não pertence (Kilomba, 2019, p. 43).

As construções binárias como modo de formatar a identidade negra se mostram, nesse caso, na analogia entre o “falar” e o “silenciar”, em que o negro é construído pelo processo de negação. O direito à fala pertence a quem merece ser ouvido e é legitimado para tal. Como é possível analisar as máscaras do silêncio diante do racismo estrutural e institucional brasileiro? Djamila Ribeiro (2017) sinaliza a emergência de criar ferramentas para enfrentar os silêncios institucionais e as opressões estruturais vivenciadas pela população negra no Brasil, e acrescentamos que a comunicação e o jornalismo são áreas primordiais para esse necessário movimento de ruptura. Óbvio que as exceções e os exemplos devem ser ressaltados como formas desse posicionamento mais direto, contudo, a falta de um direcionamento mais incisivo compromete e carência de contrapontos mais práticos apontam para falhas dentro do próprio processo de apuração e a elaboração das produções. A baixa presença daqueles que estão à frente do Estado, que propõem políticas públicas e ocupam cargos de governança também chama atenção, pois poderiam somar à discussão. Ao serem confrontados, contribuições substanciais sobre o cenário local, seja com dados, contrapontos ou até mesmo uma forma de prestar contas a população poderiam ser identificadas. Um aprofundamento maior sobre a temática racial fica a cargo das fontes especialistas, que possuem baixa frequência.

No Brasil, o mapa das desigualdades sociais e econômicas precisa ser interpretado a partir de uma dimensão racial (Carneiro, 2011; 2019). Não por acaso, as pessoas em maior situação de vulnerabilidade são negras, pobres e periféricas. E nas matérias não se observa um direcionamento para que as perspectivas de raça e gênero sejam confrontadas e elaboradas pelas mulheres negras do Maranhão, apontando suas demandas, reclamos e, avanços e protagonismos. Nesse sentido, nos apoiamos em Lélia Gonzalez (1984) que utiliza a psicanálise como suporte para

explicar a tentativa da sociedade de “domesticar” as mulheres negras. O processo de desumanização passa por retirar da população negra a autonomia de fala. A autora entende que há um processo de infantilização das pessoas negras, principalmente em relação às mulheres negras, construídas discursivamente sob a ideia de sujeito sem autonomia, sem voz própria – o que, em alguma medida, pode ser identificado nas matérias analisadas.

## Referências

- Autora. (2022). *A cor do apagamento: Quem fala no Dia da Consciência Negra na mídia hegemônica do Maranhão*. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz.
- Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública (UNICAMP)*, Campinas, SP, v. XII, p. 88-113,
- Bacin, M. L. dos S. (2006). *A fonte amadora na construção da realidade no telejornalismo*. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barone, J. V. L. (2016). *Os sítios de redes sociais no processo de produção da notícia e seu uso no jornalismo sul-mato-grossense*. Covilhã: LabCom.
- Berger, C. (1997). Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente pública. In: Mouillaud, M.; Porto, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, 1<sup>a</sup> ed., p. 273-284.
- Carneiro, S. (2019). *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Edição do Kindle.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexism e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. Edição do Kindle.
- Chaparro, M. C. (2013). *Iniciação a uma teoria das fontes*. São Paulo, 12 de setembro de 2009.
- Christofolletti, R. (2008). *Ética no Jornalismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto. v. 1. 128p.
- Corrêa, L. G.; Bernardes, M. (2019). “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira In: CORRÊA, Laura Guimarães. *Vozes Negras em Comunicação*. Autêntica Editora. Edição do Kindle. In: Corrêa, L. G. (org.). *Vozes negras em comunicação: mídias, racismos, resistências*. 1. ed.-- Belo Horizonte: Autêntica.
- Costa Júnior, C. A. da. (2017). *Estudo de caso da relação entre jornalistas e fontes na cobertura jornalística sobre o conhecimento científico produzido pela UDESC*. Florianópolis, 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Dalmonte, E. F. (2010). Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. *História* (São Paulo. Online), v. 29, p. 328-344, 2010.
- Franciscato, C. E. (2005). *A fabricação do presente*: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.
- Gadini, S. L. (2007). Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 39.

- Gans Herbert, J. (1980). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. TriQuarterly Books.
- Garcia, L. (2003). *O Globo. Manual de redação e estilo*. – 28. Ed. – São Paulo: Globo.
- Gehrke, M. (2018). *O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados*. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre.
- Gomes, N. L. (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: RJ, Vozes.
- Gomes, W. (2018). Por que a Comunicação é tão importante quando se pensa a Democracia? In: Mendonça, R. F.; Cunha, E. S. M. (Orgs.). *Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, histórias e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexism na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- Hall, S. et al. (1993). A produção social das notícias: os *mugging* nos media. In: Traquina, N. *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias*. Lisboa: Vega.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de Trabalho e Rendimento.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE; Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- Kilomba, G. (2010). "The Mask" In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. In: *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180.
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Kischinhevsky, M.; Chagas, L. J. V. (2017). Diversidade e pluralidade de fontes no jornalismo da BandNews Fluminense FM. *XXVI Encontro Anual da Compós*, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP.
- Kovach, B; Rosenstiel, T. (2011). *Blur: how to know what's true in the age of information overload*. Nova York, Berlim e Londres: Bloomsbury.
- Lage, N. (2000). Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria. In: *9º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação*, 2000, Porto Alegre.
- Lima, J. W. T. (2007). Primórdios das fontes digitais na produção do jornalismo tradicional. In: *Intercom 2007 - XXX Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Ciências da Comunicação*, Santos, 30.
- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Neves, I.; Passos, M. (2018). O uso do conceito de polifonia para o estudo de fontes. *VIII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR)*. São Paulo.
- Pena, F. (2006). *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Pereira J., A. E. V. (2008). Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. *Revista FAMECOS*, v. 13, n. 30, p. 31-38.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade 2: Cadernos do Noroeste*, Braga, v.14, p. 277-294.
- Pinto, R. C.; Pereira, F. da C.; Pichler, P. F.; Fossá, M. I. T. (2015). Movimentos sociais e jornalismo: vozes ativistas pautando valores-notícias. In: *XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, 2015, joinville - S.C *Anais XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. São Paulo:

- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação? Intercom, 2015. v. 1. p. 1-14.*
- Ribeiro, D. (2017) *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento. (Coleção: Feminismos Plurais).
- Rocha, P. M.; Woitowicz, K. J. (2013). Representações de Gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 10.
- Rubim, A. A. C.; Colling, L. (2006). *Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil*. Santa Catarina: UFSC.
- Schmitz, A. A. (2011). *Classificação das fontes de notícias. \_\_\_\_\_ Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.
- Sigal, L. V. (1973). *Reporters and Officials: the organization and politics of newsmaking*. Lexington: D. C. Heath.
- Silva, V. C. P. (2014). Dia da Consciência Negra no brasil: algumas reflexões. *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, [S. I.], v. 2, n. 03, 2014.
- Sousa, J. P. (2005). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó (SC): Letras Contemporâneas, 2002.
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, p. 542.

**ABSTRACT:**

The research proposed here makes an analysis of the sources activated in articles that guide Black Consciousness Day, racial issues published on November 20th or that guide the date even on other days during the years of the cut, with the celebration as a hook. The research was carried out in two traditional vehicles from Maranhão: the news site *Imirante.com* and the former printed newspaper *O Estado do Maranhão*, both belonging to the Mirante Group. To this end, the article carried out a survey of journalistic articles, composing a universe of almost two decades of time frame, which goes from 2002 to 2021, where 69 fonts used in the productions were collected. Among the results found, we emphasize in advance the low coverage that contemplates the newspapers' own production, expressed in the small volume of authorial articles found in 19 years of survey. We also found that the diversity of sources and the variety of approaches are not contemplated. It is also noticed the lack of deepening in the matters that guide the celebration. Rarely have sources been used to enrich production more firmly and the common citizen has almost no space.

**KEYWORDS:** Journalistic sources; Black conscience day; Maranhão.

**RESUMEN:**

La investigación propuesta hace un análisis de las fuentes utilizadas en artículos periodísticos sobre el Día de la Consciencia Negra, temas raciales publicadas el dia 20 de noviembre o que tratan de la fecha incluso en otros días durante los años del corte, con la celebración como gancho. La investigación se llevó a cabo en dos vehículos tradicionales de Maranhão: el sitio web de noticias *Imirante.com* y el antiguo periódico impreso *O Estado do Maranhão*, ambos del Grupo Mirante. Para eso, el artículo realizó un estudio de los artículos periodísticos, componiendo un universo de casi dos décadas de corte temporal, que va de 2002 a 2021. En total, son 49 artículos de autoría propia de los vehículos que componen el corpus de la investigación, de los cuales se recogieron 69 fuentes utilizadas en las producciones. Entre los resultados encontrados, destacamos la baja cobertura que abarca una producción propia de los periódicos, expresada en el pequeño volumen de materiales autorales encontrados en 19 años de relevamiento. También observamos que la diversidad de fuentes y la variedad de abordajes no están contempladas. También notamos una falta de profundidad en los artículos que se centran en la celebración. Pocas veces las fuentes fueron utilizadas para enriquecer la producción de manera más firme y el ciudadano común casi no tiene espacio.

**PALABRAS CLAVE:** Fuentes periodísticas; Día de la Consciencia Negra; Maranhão.